

1 **5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
2 **DE FRANCA – 26 DE FEVEREIRO DE 2015.**

3 Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2015 às dez horas, na Secretaria de Ação Social teve início a
4 quinta Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do
5 presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade,
6 Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião quatorze (14) conselheiros sendo
7 cinco (5) do poder público e nove (9) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:**
8 Ariluce Ferreira Villela, Márcia Helena Vieira Pimenta, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva
9 Nalini, Leonel Aylon Cantano, Elisa Francisconi, Clóves Plácido Barbosa, Denizar Hemógenes da
10 Paixão, Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes:** Padre Célio Adriano Cintra,
11 Rosângela Aparecida de Paula, Juliana Bertazzi Passone. **Conselheiros na titularidade:** José Carlos
12 Gomes, Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis. **Com a seguinte pauta:** Assuntos: – **Reunião** com
13 representantes do CIEE; **Deliberação** sobre a Inscrição da Entidade: CIEE. **Informes:** **Ofício CMDCA.**
14 Após a verificação de quorum, o presidente Márcio iniciou a reunião apresentando a pauta que foi
15 aprovada. Márcio explicou que na última reunião extraordinária, o colegiado definiu pela solicitação da
16 presença da equipe do CIEE para esclarecimentos de algumas questões, visando subsidiar o colegiado na
17 análise da inscrição solicitada. Explicou que um dos questionamentos refere-se ao número de usuários
18 atendidos, bem como, um melhor detalhamento da dinâmica do trabalho executado em grupo.
19 Prosseguindo, a equipe do CIEE se apresentou ao colegiado. Estavam presentes na reunião: a Assistente
20 Social Rosiane do Programa Aprendiz; Viviane, Coordenadora Pedagógica e Andreia Assistente de
21 Empresa. Rosiane explicou que o outro assistente social não pode comparecer, em razão de questões
22 pessoais. Com relação ao primeiro questionamento apresentado, a equipe do CIEE esclareceu que a sede
23 física está no município de Franca, porém a associação atende 22 municípios e a distribuição das
24 atividades é realizada em 07 Polos de Capacitação. Explicou que o universo de 900 usuários é distribuído
25 na região toda. Enfatizou que no Polo de Franca são atendidos em média 400 jovens. Disse que a
26 participação do jovem nas ações socioeducativas grupais, ocorrem uma vez por semana durante 4 ou 6
27 horas. São disponibilizadas 05 salas do CIEE para as atividades em grupos, todos os dias da semana, com
28 uma média de 100 participantes por dia. A assistente de empresa, Andreia, explicou que é de sua
29 responsabilidade o trabalho de contatar a empresa, encaminhar o jovem e posteriormente realizar o
30 acompanhamento deste. O acompanhamento pedagógico dos resultados do trabalho dos aprendizes é
31 responsabilidade da área de supervisão pedagógica e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
32 fiscaliza todo o trabalho. Os conselheiros apresentaram vários questionamentos sobre como ocorre o
33 processo de seleção dos aprendizes, bem como sobre os instrumentais utilizados nesse processo,
34 especialmente para a seleção do público prioritário da Assistência Social. A equipe técnica explicou que
35 na maioria dos casos o jovem procura o CIEE espontaneamente. A partir do momento do ingresso no
36 programa aprendiz o jovem inicia também a sua participação nas atividades em grupo. Ressaltaram que as
37 atividades em grupos têm por objetivo propiciar a reflexão sobre assuntos voltados para o seu
38 aprimoramento, com temas como cidadania, meio ambiente, postura ética, etc. Andreia disse que o

processo seletivo voltado para as empresas é feito por meio de entrevistas e dinâmicas de grupo. Com os órgãos públicos o processo é realizado estritamente pelo CIEE, no qual é feita a análise da vulnerabilidade social e econômica, renda familiar, composição familiar, aproveitamento e desempenho escolar. Enfatizaram que o CIEE vem buscando se adequar as normativas da assistência social e para tal tem buscado alternativas para estabelecer uma articulação com os CRAS. Apresentaram alguns dados referentes ao público atendido, como: 92% são oriundos da rede pública de ensino; 78% dos aprendizes contratados possuem renda familiar de até 03 salários mínimos; 81% nunca tiveram nenhuma experiência de trabalho antes. Disseram que o CIEE faz campanhas de divulgação também junto às escolas públicas. Em seguida Andreia discorreu sobre uma ação do CIEE em conjunto com o Juizado Especial. Falou que essa ação é voltada para adolescentes que buscam autorização judicial para o trabalho e tem o objetivo de inseri-los no Programa Aprendiz. Disse que atualmente são atendidos 35 jovens que posteriormente poderão ser encaminhados para o Programa. Jane perguntou se os adolescentes, caracterizados como público prioritário, são encaminhados somente para órgãos públicos. Foi explicado que estes também podem ser selecionados pelas empresas. Afirmaram que algumas empresas, como a Caixa Econômica Federal, já adotam como critério, a renda per capita de meio salário mínimo, inclusive com processo seletivo. A conselheira Jane pontuou que muitas vezes os processos seletivos das empresas privadas acabam selecionando os jovens menos vulneráveis, que tem uma melhor apresentação e questionou qual o trabalho o CIEE desenvolve junto às empresas privadas no sentido de inserir o público da assistência social. Essa questão também foi esclarecida pela Andreia que afirmou que a área comercial realiza esse trabalho de conscientização junto às empresas e, junto aos jovens são realizadas atividades de preparação para a sua inserção na empresa, como workshops. Explicou também que a própria Lei Federal do Programa Aprendiz já exige que se dê prioridade para jovens em situação de vulnerabilidade social. Outro questionamento referiu-se à exigência de contribuição financeira e a equipe explicou que o valor é cobrado somente da empresa e varia de acordo com o custo para a manutenção do programa, que pode ser de zero a cem reais, em média, por jovem. A conselheira Marcia perguntou se são inseridos jovens com deficiência. Andreia explicou que são poucos os que buscam o programa de aprendizagem, porém o CIEE está apto a receber esse público no que se refere à acessibilidade, material adequado e equipe. Disse que as pessoas com deficiência geralmente vão ao CIEE em busca do programa de estagiários e não de aprendiz. A conselheira Josiane perguntou sobre como a equipe de trabalho se organiza para atender todos os usuários. A assistente social Rosiane explicou que a equipe tem uma agenda e buscam atender todos os casos necessários, bem como, se organizam para estarem em todos os serviços. Explicou ainda, que além dos técnicos de serviço social, a equipe é composta por pedagogos e instrutores e o contato é constante. Andreia disse que é enviado ao Ministério do Trabalho a relação de pessoal e o município de Franca é considerado referência, no que refere a recursos humanos. Jane questionou como se dá a contratação por meio de uma “pequena empresa”, perguntando se a mesma poderá aderir ao programa, sem a contribuição financeira. Andreia explicou que a mesma faz uma visita “in loco” para identificar se a empresa está apta a receber o aprendiz e após análise, a isenção poderá ser aprovada. Jane falou que, enquanto diretora da Proteção Social Básica, considera ser primordial a parceria do CIEE como os CRAS

77 e o PRONATEC. Não havendo mais questionamentos, Marcio agradeceu a presença das representantes
78 do CIEE e informou que caso a inscrição seja deferida, o CMAS e o Órgão Gestor farão um
79 acompanhamento sistemático do trabalho desenvolvido. Manifestou estar satisfeito com as mudanças
80 promovidas pelo CIEE e a busca pelas adequações à legislação da assistência social. A supervisora
81 Viviane fez uma doação de exemplares do material pedagógico do programa para o acervo do CMAS. Em
82 seguida passou-se a deliberação sobre a inscrição do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, sendo
83 aprovada a inscrição do Programa Aprendiz, executado pela Organização, com a recomendação de
84 realizar o acompanhamento, especialmente do atendimento do público prioritário. Jane disse que essa
85 questão deve ser acompanhada e ponderou que o próprio processo seletivo por meio de “prova”, já exclui
86 o público em situação de vulnerabilidade e destacou que essa também é uma realidade das outras
87 entidades que executam esse Programa. Dando seguimento à reunião, Márcio propôs que a ata da reunião
88 extraordinária do dia 12 de Fevereiro seja encaminhada por email aos conselheiros para aprovação, sendo
89 acatada essa sugestão pelos presentes. Em seguida passou ao informe da reunião, esclarecendo que o
90 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca, encaminhou um ofício
91 juntamente com um documento do Conselho Tutelar para conhecimento do colegiado do CMAS e
92 providências conjuntas. Explicou que as questões apontadas no documento já estão sendo apuradas pelo
93 Ministério Público e Juizado da Infância. Disse que se trata de um procedimento realizado pelo Conselho
94 Tutelar, no qual foi notificado o Coordenador do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes,
95 executado pelo IJEPAM, para prestar esclarecimentos sobre algumas questões relativas ao referido
96 serviço. Disse que ele e a Tina, enquanto representantes do CMAS e o Sr. Eurípedes e a Vanessa,
97 representantes do CMDCAF, já estiveram no IJEPAM e conversaram com o coordenador, alguns
98 adolescentes e com a equipe técnica presente no momento da visita. A conselheira Ariluce informou que
99 não recebeu o referido documento por email. Marcio explicou que realmente o documento não foi
100 enviado, uma vez que veio somente para conhecimento do CMAS. Ficou definido que o documento será
101 enviado para o email dos conselheiros, com a recomendação de mantê-lo em sigilo, considerando o teor
102 do mesmo. Ariluce questionou se é uma denúncia. Marcio disse que não é formalmente uma denúncia,
103 afirmando que o coordenador prestou esclarecimentos e que algumas questões já foram elucidadas. O
104 presidente afirmou que o Órgão Gestor também está acompanhando essa situação. Em seguida fez a
105 leitura das questões apontadas no documento. Foram discutidas algumas questões pontuais apresentadas
106 no documento, como horário de chegada dos adolescentes à entidade no período noturno, condutas
107 referentes a passeios, postura do coordenador do serviço e atividades para os adolescentes na entidade.
108 Essas questões foram amplamente discutidas e o conselheiro Cloves, enquanto presidente do IJEPAM
109 apresentou alguns esclarecimentos sobre os assuntos assinalados, destacando o acompanhamento
110 sistemático da Diretora de Proteção Social Especial, Ana Paula. Juliana apontou que essa situação deve
111 ser trazida ao Conselho, considerando que é responsabilidade do CMAS acompanhar as entidades e
112 serviços inscritos e que os adolescentes devem ser ouvidos e as denúncias devem ser apuradas. Marcio
113 disse que ele e a Tina já foram ao local a convite do Sr. Eurípedes e o documento oficial chegou somente
114 agora e por isso está sendo socializado. Propôs convidar o presidente e vice-presidente do CMDCAF para

115 uma reunião conjunta com o CMAS para definir quais providências poderão ser tomadas. Ariluce
116 questionou se já foi encaminhada alguma resposta pelo CMAS. Márcio explicou que o documento
117 oficialmente chegou somente agora. Ponderou que quem deve apurar é o Ministério Público e o Juizado
118 da Infância e que a responsabilidade do CMAS, é assegurar que o serviço funcione de acordo com as
119 normativas e que o adolescente tenha seus direitos assegurados, garantindo a sua proteção. Disse que
120 algumas questões já passam por mudanças, como a separação das casas, que tem a proposta de estar na
121 comunidade, bem como a composição das equipes de referência. Finalizados os assuntos e informes e
122 nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata lavrada pela Secretaria Executiva do CMAS.